

## Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural

### Resumo

O patrimônio geológico, entendido como um conceito emergente, tem se ampliado consideravelmente no debate acadêmico desde a década de 1990. Entretanto, é comumente abordado como um objeto autônomo a outras categorias patrimoniais, como a natural e a cultural. Além disso, permanecem constantes as tentativas de torná-lo mais integrado à sociedade em geral, buscando modos de “traduzir” a linguagem geológica ao público leigo. Levando essas problemáticas em consideração, este artigo possui como objetivo discutir o conceito de patrimônio geológico e seus significados, propondo uma interpretação que ressalte os seus vínculos e conexões com o chamado patrimônio cultural e que o considere para além do objeto geológico em si. Para cumprir esse objetivo, o artigo está baseado em uma investigação teórica e qualitativa que parte de uma retomada histórica sobre o termo “patrimônio” e busca em suas raízes dados para pensar o modo que este é interpretado contemporaneamente. Em seguida, é explorada a emergência do patrimônio geológico e suas profundas relações e convergências com o chamado patrimônio cultural. Por fim, é exposta uma breve recuperação da experiência brasileira com a chancela de Paisagem Cultural e sua afinidade com as temáticas dos Geoparques e do patrimônio geológico.

**Palavras-chave:** memória; geopatrimônio; geoparques; paisagem cultural; geoconservação.

### Isabella Maria Beil

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Doutoranda em Geografia Humana na USP.

Brasil

[isabella.beil@usp.br](mailto:isabella.beil@usp.br)

[lattes.cnpq.br/9612388622919767](https://lattes.cnpq.br/9612388622919767)

[orcid.org/0000-0001-9041-1249](https://orcid.org/0000-0001-9041-1249)

### Para citar este artigo:

BEIL, Isabella Maria. Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0502, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0502>

## Revisiting the concept of geological heritage: for the overcoming of the dichotomy between the natural and the cultural

### **Abstract**

Geological heritage, understood as an emerging concept, has expanded considerably in academic debate since the 1990s. However, it is commonly taken as an autonomous object to other heritage categories, such as natural and cultural. In addition, attempts to make it more integrated to society in general remain constant, seeking ways to “translate” the geological language to the general public. Taking these issues into consideration, this article aims to discuss the concept of geological heritage and its meanings, proposing an interpretation that highlights its links and connections with the so-called cultural heritage, and that considers it beyond the geological object itself. To accomplish this goal, the article is based on a theoretical and qualitative research that starts with a historical review of the term "heritage" and searches in its roots for data to think about the way it is contemporarily interpreted. Then, the emergence of geological heritage and its deep relations and convergences with the so-called cultural heritage are explored. Finally, it is exposed a brief resumption of the Brazilian experiences with the seal of Cultural Landscape and its affinity with the themes of Geoparks and geological heritage.

**Keywords:** memory; geoheritage; geoparks; cultural landscape; geoconservation.

## 1 Introdução

Embora o debate sobre o patrimônio geológico não seja algo exatamente novo no Brasil e no mundo, o campo ainda vem percorrendo o caminho para a sua ampliação e maior reconhecimento e, nesse sentido, pode ser compreendido como um conceito emergente (SILVA; MANSUR; CASTRO, 2020, p. 490). O Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, ocorrido em 1991, na França, foi o responsável por lançar o debate no âmbito internacional e por promover a urgência em proteger a chamada “memória da Terra”. A partir desse momento, diversas ações sobre o tema foram impulsionadas em vários países, incluindo o Brasil, como a criação da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), em 1997 (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012, p. 13). Não obstante, Castro, Mansur e Carvalho (2018, p. 386) assinalam que o conceito chegou ao Brasil praticamente sem discussão prévia e se firmou no meio acadêmico quase “pronto”. Segundo os autores, com o intuito de avançar na mesma direção e velocidade dos países onde esse debate já se encontrava mais avançado, faltou tempo para que ele amadurecesse internamente e fosse mais discutido entre os pares.

Entretanto, tanto no Brasil quanto na discussão acadêmica internacional, o patrimônio geológico é comumente abordado como um objeto autônomo a outras categorias patrimoniais, como o natural e o cultural. De acordo com a postura aqui defendida, apesar das singularidades que compõem o debate de cada uma dessas categorias, conceitualmente e na realidade da vida cotidiana, elas se encontram profundamente entrelaçadas. Além disso, essa abordagem parcelar tende a ocasionar dificuldades em tornar o patrimônio geológico mais integrado às pessoas em geral, não especialistas e não cientistas, o que geralmente resulta na discussão sobre a necessidade de traduzir a linguagem geológica para outros termos menos complexos.

Nesse sentido, cabe problematizar que, a despeito da importância dos conhecimentos relacionados à geologia em diversos aspectos, a educação patrimonial que se funda em uma relação de “transmissão de conhecimento” pode se constituir como um equívoco de partida ao hierarquizar o diálogo entre aqueles que sabem e os que não sabem, mesmo que essa não seja a intenção explicitamente. Sendo assim, e

considerando a necessidade de construir diálogos e pontes que permitam, de fato, conceber um patrimônio geológico mais integrado à realidade social, este artigo possui como objetivo discutir o seu conceito e os seus significados, propondo uma interpretação que ressalte os seus vínculos e conexões com o chamado patrimônio cultural e que o considere para além do objeto geológico em si.

Tendo em vista este objetivo, o artigo parte de uma retomada histórica e conceitual das origens e transformações do que hoje se convencionou chamar de patrimônio no contexto ocidental, buscando remontar o sentido de memória existente em seu conteúdo. Será evidenciado como o sentido de memória, ao longo do tempo, foi sendo “amortecido” por transformações do mundo e pela emergência de novos adjetivos que passaram a pressupor a visão de um especialista para reconhecer valor nos objetos. Desse modo, será colocada em debate a tendência de considerar o patrimônio como um modelo formado por características preestabelecidas, derivadas de conhecimentos técnicos e formais. Em seguida, se discutirá de maneira mais direta a insustentável dicotomia existente entre o natural e o cultural, visando uma abordagem do patrimônio geológico que resgate o sentido de totalidade da realidade. Como último tópico, se abordará o patrimônio geológico e os Geoparques e sua (breve) relação com a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Este trabalho é uma análise conceitual que se baseia em autores internacionais e nacionais que propõem, principalmente, uma visão crítica sobre o patrimônio. Em um contexto de constante ampliação dos usos, significados e adjetivações do patrimônio, uma abordagem crítica sobre esse processo é necessária para que a relevância social dessa temática não se perca e para que as premissas desse debate sejam continuamente atualizadas de maneira consistente. Sendo assim, trata-se de uma investigação teórica e qualitativa baseada em uma revisão da literatura que parte de suas raízes e sentidos primeiros, segue para a emergência do conceito de patrimônio geológico no campo internacional para atingir, por fim, reflexões mais atuais sobre o tema.

Foi realizado um levantamento bibliográfico de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos que tratem das principais temáticas abordadas neste artigo, quais sejam, o patrimônio cultural e o patrimônio

geológico. Foram consultados autores de diversas áreas do conhecimento a fim de elaborar uma análise de caráter interdisciplinar. Foram efetuadas buscas em uma série de plataformas, tais como Scielo, Google Scholar e Research Gate, por meio dos descritores existentes nas palavras-chave e no título do artigo, em um primeiro momento, sem delimitação temporal e, posteriormente, delimitando um conjunto de trabalhos mais recentes.

## 2 O patrimônio e a memória: uma retomada de premissas

Conforme assinala a historiadora Françoise Choay em sua obra “A Alegoria do Patrimônio” (1994), a investigação do papel atual assumido pelo patrimônio pode revelar muito sobre a sociedade contemporânea e sobre distintas questões a ela atreladas. De acordo com a autora, esse papel deve ser compreendido como atual porque nem sempre foi o mesmo. Como será discutido neste tópico, o termo sofreu transformações semânticas ao longo do tempo e, assim, modificaram-se os seus sentidos e os seus usos, bem como se modificaram as dinâmicas sociais relacionadas.

No afã de remontar as raízes do conceito de patrimônio, Choay (2017, p. 17-18) retorna ao sentido da palavra monumento, afirmando que esta se origina do latim *monumentum* que, por sua vez, deriva de *monere* – advertir, lembrar, trazer algo à lembrança. Conforme a autora, “a natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2017, p. 18). Assim, o monumento existe entre diversas comunidades de indivíduos de modo atemporal, podendo assumir inúmeras formas físicas e, em sua essência, não possui relação com a beleza, a grandeza ou o primor técnico mobilizado para criá-lo.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta,

contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2017, p. 18)

Ao longo do tempo, o sentido do termo se alterou significativamente e sua importância memorial perdeu relevância, ao que Choay atribui dois motivos principais: a ampliação do conceito de arte nas sociedades ocidentais e o aperfeiçoamento e difusão de memórias artificiais. Aos poucos, o que se convencionou chamar monumento passaria a ser relacionado à beleza, à estética, à grandeza e ao poder (CHOAY, 2017, p. 19). Por sua vez, a imprensa marca uma ruptura no que diz respeito à memória, já que os registros escritos transformam o modo pelo qual podemos “lembrar” de algo, podendo recorrer, por exemplo, aos livros.

Surge, então, o que se chama contemporaneamente de monumento histórico. Suas diferenças fundamentais em relação ao sentido original do termo residem no fato de que este é uma invenção, se localiza no tempo e no espaço, e deve ser apreendido como uma constituição *a posteriori*. Em outras palavras, o monumento histórico é reconhecido como um agente importante para remeter ao *passado*, geralmente pelos olhares de um especialista que nele identifica elementos importantes, como a beleza, a raridade, a técnica, a ciência etc. Já o monumento em si é uma criação *a priori*, pensada a partir de sua importância para a memória de determinada sociedade no *presente* (CHOAY, 2017, p. 25).

Alguns exemplos podem nos ajudar a melhor compreender esse raciocínio. O Coliseu de Roma, considerado Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é um símbolo de algo que remete à noção de antiguidade, que segue conservado como testemunho importante do passado e da arquitetura na Roma antiga. Por outro lado, a Estátua do Padre Cícero em Juazeiro do Norte, no Ceará, reflete uma memória viva, que segue veiculando lembranças e constituindo um forte ponto de identidade entre aqueles que reconhecem os seus significados e valores. Embora seja um monumento de grandes dimensões, sua importância não reside no primor técnico de sua construção ou na sua possível beleza estética, mas sim no contexto social e memorial no qual se destaca. Ao ser reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural do Ceará, em 2020, através da

aprovação do projeto de lei nº 628/19, o deputado Fernando Santana, autor do projeto, declarou: “muito mais que um simples cartão postal de Juazeiro do Norte, a estátua é o símbolo maior da religiosidade do nordestino, templo sagrado do romeiro” (RODRIGUES, 2020).

Sendo assim, embora o termo tenha ganhado uma nova interpretação e uma nova adjetivação – o histórico –, essa perspectiva convive com a anterior, que permanece nítida em muitos exemplos da realidade, como citado acima. Exatamente por conviverem, essas duas perspectivas muitas vezes se chocam e geram conflitos, uma vez que o monumento para uns, relacionado aos valores memoriais e sem características estéticas marcantes, pode não ser o monumento histórico para outros. Esse conflito se revela principalmente na ação política para determinar qual deles é mais representativo de um povo ou qual deve ser legalmente protegido, ou mesmo qual deles deve ser reconhecido internacionalmente. O entendimento predominantemente aceito como patrimônio no mundo atual derivou, principalmente, da noção de monumento histórico, enquanto os bens que refletem uma memória social e são importantes para determinado grupo, como parte também do presente, muitas vezes são negligenciados. Esse fato, no entanto, se torna problemático justamente quando afasta os sentidos memoriais da sociedade.

Esse processo esteve amplamente relacionado à difusão de práticas e padrões patrimoniais ocidentais (CHOAY, 1994; SCIFONI, 2006) e pode ser vinculado ao que Smith (2011) chama de “discurso patrimonial autorizado”, que nada mais é do que a conformação de modelos e padrões que ditam o que deve ser e o que não deve ser o patrimônio. De acordo com a autora, “o discurso patrimonial autorizado não apenas constrói uma definição particular de patrimônio, mas também uma mentalidade autorizada [...]” (SMITH, 2011, p. 44). Smith afirma que ele é problemático, uma vez que contribui para validar e defender determinadas identidades, narrativas e memórias, enquanto encoberta e marginaliza outras, que não condizem com os critérios preestabelecidos.

Um exemplo que contribui com esse raciocínio é o próprio caso brasileiro. No Brasil, historicamente, o patrimônio que alça o *status* de proteção é aquele que contribui

com a narrativa predominante – que exalte a arquitetura luso-colonial, templos católicos e a memória branca (MARINS, 2016). Outros bens, relacionados às memórias de outras matrizes religiosas e de outros grupos formadores da sociedade brasileira – negros e indígenas, por exemplo – não possuem tanta prioridade no processo de tombamento. Outro exemplo, de diferente natureza, é o caso do Japão e das dificuldades encontradas para a inclusão de bens nacionais na Lista do Patrimônio Mundial na ocasião em que país aderiu à Convenção, em 1992. Os monumentos japoneses, comumente feitos de madeira – portanto, mais vulneráveis a fungos, insetos, variação de temperatura, umidade das ilhas, entre outros fatores – requerem uma constante troca de suas partes constituintes. Essa particularidade cultural ocasionou o indeferimento de patrimônios japoneses por parte de técnicos da UNESCO pela não cumprimento com os critérios de autenticidade da organização, derivados de uma visão ocidentalizada do que seria um patrimônio de fato (MAYUME, 1999).

### 3 O discurso patrimonial autorizado e o especialista

De acordo com Smith (2011), o discurso patrimonial autorizado se conforma de tal maneira que passamos a acatar que apenas um determinado grupo muito específico de indivíduos – chamados geralmente de especialistas – podem reconhecer e validar um patrimônio como tal:

Dentro do discurso patrimonial autorizado, se pede aos experts que assumam funções administrativas em relação aos bens patrimoniais e aos eventos, o que está fortemente respaldado por um sentido de *dever* profissional não apenas de proteger o passado, mas também de comunicar os valores patrimoniais desse passado à nação. (SMITH, 2011, p. 43)

Segundo a autora supracitada, o discurso patrimonial autorizado se apoia em critérios técnicos e especializados que buscam reconhecer nos objetos características específicas capazes de compor o que se espera como um modelo de patrimônio amplamente aceitável. Em contrapartida, aquele conjunto de objetos que não seguem a regra são excluídos e considerados “não suficientes” para integrar o rol de bens patrimonializados. Esse fato, no entanto, se torna problemático justamente quando

afasta os sentidos memoriais da sociedade e deixa de integrar os outros valores existentes nos diversos patrimônios, derivados de outros conhecimentos que não os especializados. O patrimônio, quando concebido apartado de seu território e dos indivíduos que ali residem, pode tornar-se um elemento “inerte”, “frio”, envolto em procedimentos de conservação e proteção, mas que, fundamentalmente, não se conecta à sociedade. Geralmente, serve a interesses alheios – principalmente mercadológicos – e adquire um caráter decorativo e/ou deliberadamente técnico (CRUZ, 2012; MENESES, 2009).

É importante esclarecer que ao discutir o patrimônio e seus significados deve-se considerar que se trata de uma *construção social* formada pela atribuição de valores (FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996; MENESES, 2009, 1996; PAES, 2010; SCIFONI, 2006). Isso significa que se trata de um processo profundamente relacionado às decisões e escolhas dos grupos sociais, que selecionam o conjunto de bens ou paisagem que desejam manter, visando evitar o seu desaparecimento ou deterioração – do objeto em si e da memória a ele atrelada<sup>1</sup>.

Reser e Bentrupperbäumer (2005), ao discutirem o discurso especializado emanado pela UNESCO, por exemplo, afirmam que há, no âmbito da organização, a tendência em relevar a construção de valores como uma construção social e valorizar as “realidades exteriores”, diretamente observáveis e mensuráveis. Nesse sentido, os autores afirmam que há uma distorção semântica que tende a priorizar o valor “de” lugares e objetos, ao invés de apreender o valor agregado “em” lugares e objetos. Em outras palavras, essa distorção considera equivocadamente que os bens e paisagens possuem valor por si mesmos, porém, como lembra Meneses, o valor não é inerente aos objetos, “mas é produzido no jogo concreto das relações sociais” (MENESES, 1996, p. 93). A escolha do que tem valor patrimonial é amplamente baseada nos valores, princípios e características dos grupos que assim o chamam (GONÇALVES, 1996; MENESES, 2009; PAES, 2010; PRATS, 1998; SCIFONI, 2006;).

---

<sup>1</sup> Para um aprofundamento da discussão sobre valor, ver trabalho anterior em BEIL (2020).

Assim, embora nem tudo seja patrimônio, uma vez que ele é essencialmente aquilo que se seleciona guardar e manter por determinado valor, a problemática do debate é *qual* valor deve predominar, ou mesmo qual valor será mesmo considerado no processo de patrimonialização, e *quem* detém o poder de fazer essa seleção. Se delegamos a tarefa da seleção dos patrimônios a um conjunto restrito de pessoas e consideramos que todas as outras que não detêm determinados conhecimentos específicos não possuem a mesma relevância de participação no processo, o resultado será um corpo patrimonial desigual, pouco representativo e excludente.

Silveira e Bezerra (2007) contribuem com a discussão quando assinalam que o profissional (ou especialista) do patrimônio, movido por seu “dever de proteger o passado e de conscientizar o outro”, justifica suas ações pelo suposto fato de que as pessoas – as mesmas que convivem cotidianamente com os bens e as paisagens – não compreendem a grandiosidade do patrimônio que possuem. Trata-se, portanto, da desconsideração da visão de mundo dos múltiplos indivíduos envolvidos na questão patrimonial, “tendendo a tomá-los como pessoas que necessitam da luz do conhecimento para aclarar suas consciências obtusas” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 87). Assim, é possível apontar pelo menos dois processos autoritários, que muitas vezes existem concomitantemente em um mesmo caso: 1) a desconsideração e o não reconhecimento dos bens que não seguem determinados critérios e que, portanto, são negligenciados em relação aos modelos e narrativas predominantes e 2) o reconhecimento de “patrimônios técnicos”, impostos de cima para baixo. O discurso patrimonial autorizado está intrínseco em ambos os casos.

Ao longo de sua ampliação e percurso no debate acadêmico, o patrimônio geológico comumente recai como responsabilidade de verificação de um especialista, que nele deve reconhecer uma série de fatores objetivos existentes nesse objeto ou paisagem, relacionados diretamente ao campo de conhecimento da geologia. Em que pese a importância desses conhecimentos, deve-se ressaltar que eles dizem respeito apenas ao valor científico existente em determinado objeto ou paisagem. De acordo com Gomes, Mansur e Castro (2020, p. 493), embora alguns geoconservacionistas apresentem propostas de avaliação qualitativa para o patrimônio geológico, sua valoração tem sido

mais fortemente pautada em critérios quantitativos, com o objetivo de “diminuir a subjetividade associada a qualquer procedimento de avaliação” (BRILHA, 2016, p. 125). Borba e Sell (2018, p.13) ressaltam essa realidade quando apontam a tendência existente em pensar o patrimônio geológico como um “patrimônio dos geólogos”. De acordo com os autores, esse é um grande equívoco que afasta o campo geoconservacionista do diálogo com a sociedade.

Em concordância com Guimarães, Liccardo e Piekarz (2013, p. 42) “é preciso considerar um patrimônio geológico que seja reconhecido por parte expressiva da sociedade e que não tenha apenas um caráter ‘corporativo’”. Assim, é premente a tarefa de apreender um patrimônio geológico que exista para além do conjunto de conhecimentos específicos que o compõem, aos quais cabe ao especialista transmitir para que outras pessoas os entendam e, assim, possam valorizá-lo e protegê-lo. Em um sentido oposto, “aprender” sobre os outros valores existentes nos diversos bens geológicos, bem como integrar outros sujeitos “não especialistas”, mas que, por sua vez, vivem o patrimônio geológico como parte de seu cotidiano, pode ser um caminho mais interessante para fortalecê-lo. Isso significa assumir que os conhecimentos especializados são importantes, mas que, ao mesmo tempo, se baseiam no desconhecimento e na exclusão de outros elementos, fatores e critérios que devem ser considerados tão relevantes quanto.

Ademais, Scifoni (2019) assinala que é preciso superar o antigo paradigma simplista o qual se baseia na afirmação de que o conhecimento sobre o patrimônio gera a sua proteção. Para a autora, o que sensibiliza para a proteção do patrimônio e constrói os vínculos é a *significância* dos bens – que pode ser compreendida como um processo mais amplo do que o acúmulo de conhecimentos formais sobre eles –, de modo que esses objetos são concebidos como “existenciais e insubstituíveis”. É o patrimônio geológico como parte da vida. Sobre isso, a autora propõe a seguinte questão: “como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e sequer está suficientemente representada?” (SCIFONI, 2019, p. 28). Assim, para Scifoni, é preciso buscar uma educação patrimonial crítica, a qual

se constrói, sobretudo, pela consideração do olhar do outro – e não de maneira unidirecional.

A proposta de Smith (2011, p. 42) contribui para a superação dessa ótica e para a ampliação do entendimento sobre o que é o patrimônio, quais as suas definições exatas e quem deve selecioná-lo: segundo a autora, deve-se abandonar a ideia de que o patrimônio é uma “coisa” que se pode encontrar, definir, medir, catalogar e confinar seus significados. Não haveria, portanto, uma lista a se preencher em relação a determinado objeto, com características essenciais e imutáveis capazes de indicar se esse bem deve ser protegido e patrimonializado. Não há, como o apelo historicamente construído do “discurso patrimonial autorizado” nos faz acreditar, algo objetivo, universal e irrefutável que determine o que é excepcional. Conforme Meneses (2009, p. 34), se isso fosse aceitável, “bastaria um contador Geiger para bens culturais, cuja agulhinha girasse emocionada diante de um belo exemplar que ostentasse uma porcentagem determinada de sintomas, num checklist capaz de identificar essências presentes na coisa/prática”. Nessa perspectiva, o patrimônio não é um objeto autônomo carregado de valor intrínseco, o qual basta colocar os olhos para enxergá-los ou ainda aprender o seu conteúdo formal para valorizá-lo. Antes, é carregado de conteúdos sociais, culturais e políticos.

Não se trata, assim, de concebê-lo como “coisa”, objeto apenas. Smith propõe que o patrimônio seja apreendido, seja como conceito, seja como prática, como processo cultural. A proposta da autora pode ser compreendida como uma retomada aos sentidos primeiros do monumento, “na qual identificamos os valores, as memórias e os significados culturais e sociais que nos ajudam a dar sentido ao presente, a nossas identidades e nos dão uma sensação de lugar físico e social” (SMITH, 2011, p. 45). Essa perspectiva abre um leque de diversidade sobre o que pode ser entendido como patrimônio e expõe o fato de que, fundamentalmente, ele é composto de valores diversos que coexistem.

Em outras palavras, compreender o patrimônio por meio de características e valores estéticos, arquitetônicos, históricos e científicos isoladamente é um reducionismo, bem como compreendê-lo apenas como um objeto ou “coisa”. O

significado do patrimônio não está no objeto apenas, uma vez que a sua materialidade deve ser compreendida como o suporte de memórias e significados culturais e sociais que, por sua vez, compõem o conteúdo que lhe dá sentido. Conforme a discussão aqui estabelecida, o patrimônio é a forma e o conteúdo de maneira una e indissociável.

#### 4 O patrimônio geológico como um patrimônio cultural

Sobre o patrimônio natural, Palu (1996) afirma que ele é um paradoxo, uma vez que a natureza existe em si mesma e exterior ao homem, mas também adquire uma existência diferenciada quando é integrada culturalmente ao mundo concebido e organizado pelas sociedades humanas. Assim, o patrimônio chamado natural é um objeto da natureza, com dinâmicas próprias, testemunho de processos naturais e, possivelmente, testemunho de tempos geológicos remotos. Mas, conforme Scifoni (2020, p. 3), ele não é só isso. De acordo com a autora, “essa natureza, em determinados momentos, pode ser anunciada como suporte físico que compõe a memória coletiva [...]”

De maneira análoga ao patrimônio edificado, os objetos naturais também representam parte importante da vida, do cotidiano e da reprodução social de diversos grupos. O relevo pode se destacar na paisagem como marca característica e identitária – como o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, ou a Chapada do Araripe, no Ceará –, cavernas e rios podem guardar significados sagrados ou afetivos, florestas podem sustentar histórias e memórias de grande relevância para determinada comunidade, entre outros exemplos. Esse sentido é expresso com clareza no seguinte trecho:

Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou para conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: “Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser”. (KRENAK, 2019, p. 10)

Conforme Scifoni (2020, p. 4), “atribui-se [à natureza] um valor cultural, associando-se novo conteúdo que não se restringe apenas ao fato de ser testemunho de processos ecológicos e do meio físico. A natureza torna-se, assim, concorrentemente, um bem cultural”. Mais uma vez, o ponto central aqui não é a raridade, o valor científico, a beleza ou a monumentalidade, mas o processo social e cultural que envolve a materialidade natural. Nessa perspectiva, todo patrimônio natural deve ser entendido, essencialmente, como cultural (SCIFONI, 2006; 2020), de modo que não há contraposição entre as ideias: “[...] o patrimônio natural não se opõe, mas compõe o patrimônio cultural [...]” (SCIFONI, 2020, p. 4).

A perspectiva dualista que aponta parcelas separadas da realidade é uma forte tendência do mundo ocidental. Para Santos (2008 p. 64), o paradigma dominante – modelo de racionalidade que preside a ciência moderna –, se funda em distinções que foram consideradas insubstituíveis, tais como “natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa”. Entretanto, conforme aponta Raynault (2011, p. 84), a realidade do mundo só existe enquanto totalidade, composta por interações múltiplas e complexas entre os diferentes elementos e desconhecendo fronteiras estanques. Além disso, cabe destacar que a separação homem-natureza, firmada no desenvolvimento histórico do ocidente, se opõe a outras visões de mundo que não se fundam nessa dicotomia (GONÇALVES, 1998, p. 28-29), como o pensamento e práticas de povos indígenas, por exemplo.

Meneses (1996, p. 89) contribui com essa análise quando afirma que a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade. Sendo assim, nessa perspectiva, não é possível separar o que é natural e o que é cultural, pois a cultura perpassa por todas as dimensões da vida e está profundamente imbricada no universo da seleção do que é um patrimônio e mesmo na seleção daquilo que se torna importante cientificamente ao longo do tempo. Sendo assim, o patrimônio natural continua natureza, mas pertence ao universo da cultura. Ele não é uma coisa ou outra: ele comporta as duas categorias, concomitante e indissociavelmente.

No que se refere especificamente ao chamado patrimônio geológico, o debate acadêmico comumente aponta o Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, em 1991, como a matriz de sua existência. O documento resultante desse encontro, a Carta de Dignes ou Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, afirma que:

7 – [...] o ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Esta memória antecede a memória humana. É um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta. (DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA, 1991)

Sobre o trecho citado acima, alguns apontamentos podem ser feitos. Primeiramente, embora o Simpósio e a Carta de Dignes tenham, de fato, fomentado a ampliação do debate e pesquisa acadêmica sobre o assunto, o patrimônio geológico não é um “patrimônio novo”, que pode ser datado no tempo – no caso, na década de 1990. Conforme a perspectiva aqui desenvolvida, o processo social e cultural associado a esses objetos é atemporal, uma vez que diferentes grupos sociais são capazes de reconhecer, valorizar e proteger bens geológicos que suportem suas memórias e existências sociais. Conforme Lencioni (2008, p. 110), “a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real”. Desse modo, a formalização do conceito de patrimônio geológico não o criou, mas apenas contribuiu com a formalização de sua definição de acordo com determinados critérios.

Em segundo lugar, a Carta claramente determina uma separação conceitual e temporal relativa ao patrimônio cultural, natural e geológico, demarcando três categorias distintas. Esse é um posicionamento expresso também por uma série de autores (BRILHA, 2005; EDER; PATZAK, 2004; GRAY, 2004; PEMBERTON, 2000; REYNARD; BRILHA, 2018) que alegam que a definição de patrimônio natural da UNESCO, de 1972, seria insatisfatória para contemplar os bens geológicos, o que justificaria o advento de uma nova alternativa. Se, por um lado, o fomento à proteção do patrimônio geológico é

compreendido como algo positivo, o seu tratamento metodológico como algo novo comporta uma dificuldade conceitual que vem se reproduzindo ao longo do tempo.

O patrimônio geológico passou a ser compreendido como um objeto autônomo e ganhou definições específicas que priorizam o seu caráter científico dentre todos os outros, como já dito anteriormente. Brilha (2005, p. 52) o define como o “conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada região”. Em ocasião mais recente, o autor afirma que o patrimônio geológico se caracteriza pela ocorrência de elementos da geodiversidade com elevado valor científico, valor que o fundamenta e justifica a sua existência (BRILHA, 2016, p. 120). Gray (2019, p. 232), baseado em Sharples (1993), o define como “as parcelas da geodiversidade importantes para a reconstrução da história da Terra”. Dowling e Newsome (2018, p. 305) consideram que ele se refere a formas de relevo, rochas, solos, minerais, fósseis e processos geológicos. Em todos os casos, observa-se um reducionismo do patrimônio geológico ao seu aspecto de natureza e ao seu valor científico, desconsiderando a sua dimensão cultural.

Embora grande parte dos pesquisadores e estudiosos utilizem tais definições, em contrapartida, há alguns autores brasileiros que se destacam pela consideração de outros pontos de vista ou abordagens. Delphim (2009, p. 78), afirma que os elementos geológicos são revestidos por especiais significados culturais; Castro (2014) reconhece o patrimônio como o reflexo daquilo que a sociedade valoriza e assinala a importância de se considerar que o valor científico é apenas um dos muitos significados que podem ser atribuídos à geodiversidade; Lima e Carvalho (2020) consideram importante entender o processo de atribuição de diferentes valores e o modo como a construção de significados culturais ocorre. Para os autores, coleções científicas, geológicas e paleontológicas, *ex situ* podem ser consideradas patrimônio geológico e cultural, concomitantemente. Borba (2011) e Borba e Sell (2018), sugerem o uso do termo geopatrimônio, em vez de patrimônio geológico, de modo a ressaltar valores para além do científico; com o intuito de oferecer uma abordagem mais integradora, o termo também é preferencialmente utilizado por Steinke e Vieira (2021) e Guimarães, Moura-Fé e Almeida (2022).

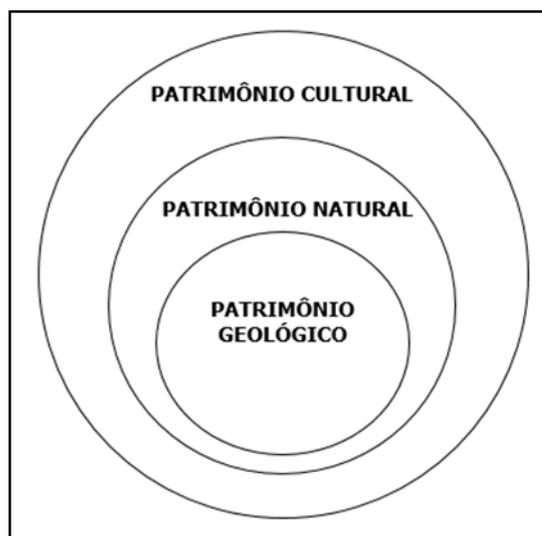
Cabe ainda salientar que, para além do reducionismo conceitual, a autonomização do patrimônio geológico ocasionou mais um fracionamento e a criação de mais uma

ramificação que, essencialmente, separa o patrimônio em parcelas específicas: ou ele é cultural, ou natural ou geológico. A UNESCO fomenta essa fragmentação tripartite ao anunciar que os Geoparques Globais são áreas geridas por meio de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável que utilizam o patrimônio geológico em conexão com o patrimônio natural e cultural (UNESCO GLOBAL GEOPARKS - UGGp, 2021). Note-se que a pretensão é prezar pela integração e conexão, mas a separação está na origem da própria definição.

Isso se confirma no dossiê de candidatura para Geoparques aspirantes, no qual devem-se listar separadamente os patrimônios geológicos, naturais e culturais existentes na área. Embora essa separação possa ter uma finalidade prática de distinção de características específicas dos variados bens patrimoniais existentes nos territórios, ela se apoia em uma visão de mundo que, por sua vez, busca o puramente geológico fundado em métodos objetivos de alcançá-lo, opondo-o e diferenciando-o do restante. Há, portanto, uma contradição no cerne da definição de geoparque que impõe dificuldades à perspectiva holística a que este conceito se pretende, uma vez que se apoia em uma mesma conceituação tradicional fragmentada.

Com base no raciocínio teórico-metodológico aqui desenvolvido, propõe-se o seguinte esquema (Imagem 1):

Imagem 1 – Patrimônio geológico



Fonte: organização da autora (2022).

O esquema apresentado não tem o intuito de hierarquizar tipologias de patrimônio, ou seja, não pretende posicionar o patrimônio geológico como menor em importância em relação ao chamado natural ou cultural. Seu objetivo é propor um outro entendimento para o que comumente é dividido em categorias distintas, para que estas sejam interpretadas em integração e conexão profunda. Separar o patrimônio geológico do natural promove uma visão dualista e dicotômica que, mais uma vez, colabora para perspectivas cada vez mais parcelares da realidade. Ademais, dizer que o patrimônio geológico é um patrimônio cultural não implica em prejuízo aos valores da geodiversidade. Pelo contrário, entendê-los como componentes indissociáveis, e não como partes separadas – um ou outro –, pode ser um aspecto positivo, capaz de transformar o modo como sua relação com a realidade social se estabelece.

No que se refere aos Geoparques, esse é um raciocínio fundamental, como será discutido com maior detalhamento no item seguinte. Em que pesem os esforços da UNESCO em promover uma nova ferramenta de proteção do patrimônio geológico em escala mundial, buscando abranger um número ainda maior de bens e lugares, a reflexão sobre o caminho e os modos que isso é feito pode contribuir para que os conceitos tanto de Geoparque quanto de patrimônio geológico sejam potencialmente refinados e avancem no sentido da proposta integradora e holística presente em seu discurso. Conforme Santos (2002, p. 101): “Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos”.

Por fim, destaca-se que o patrimônio geológico, desde a intensificação de seu debate no Brasil, no fim da década de 1990 e início da seguinte, vem sendo alvo do questionamento sobre a quem pertence a responsabilidade efetiva por sua proteção. Esse questionamento guarda em seu âmago o mesmo paradoxo já exposto anteriormente: o patrimônio geológico é parte dos processos sociais e culturais dos grupos humanos, mas, ao mesmo tempo, permanece sendo, essencialmente, natureza. Conforme Chuva:

Os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural. (CHUVA, 2011, p. 163)

Em nosso entendimento, um caminho para desvelar essa trama é, justamente, a percepção de que não é possível separar as dimensões existentes no patrimônio geológico de acordo com abordagens exatas e delimitadas entre elas. Desse modo, não se trata de protegê-lo apenas por suas características ambientais e científicas, mas por todos os valores que o envolvem, em que cada instância contribui no âmbito de suas possibilidades.

## 5 Patrimônio geológico, paisagem cultural e geoparques no Brasil

A iniciativa de criação de uma rede de cooperação internacional sobre o patrimônio geológico emergiu pela primeira vez em 1996, durante o 30º Congresso Internacional de Geologia, em Pequim (ZOUROS, 2004, p. 165). Durante o evento, percebeu-se que alguns países com características geológicas de destaque enfrentavam problemas similares, como altos índices de desemprego, desenvolvimento econômico lento e altas taxas de emigração da população jovem. Conforme Zouros (1996, p. 165), naquele momento foi manifestada a ideia de promover a proteção desses bens e locais geologicamente relevantes por meio de um projeto de desenvolvimento sustentável e do turismo. Mais tarde, essa concepção deu origem ao conceito de geoparque que, por sua vez, foi concretizado pela Rede Europeia de Geoparques (EGN) – criada em 2000 – e pela Rede Global de Geoparques (GGN) – criada em 2004. Em 2015, os Geoparques foram admitidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a criação do Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP) e do título Geoparque Global da UNESCO (UGGp).

Percebe-se que o conceito nasceu entre pesquisadores da geologia e se enraíza, primeiramente, no interesse geológico. Entretanto, se propõe, desde o início, a ser algo

mais amplo, de modo que o seu radical “geo” deve ser compreendido como “geo” da “Terra”, e não da geologia (MARTINI, 2010, p. 36). Para Modica (2009, p. 18), os Geoparques devem despertar o interesse pela geologia, mas também devem evidenciar as relações entre os elementos bióticos e abióticos, unindo diferentes aspectos – culturais, históricos, naturais etc – que formam a essência do lugar. Nesse sentido, “a verdadeira origem conceitual dos geoparques, assim, não está na geologia. [...] ao invés de um ‘território científico’ ou ‘natural’, estes emergem como territórios culturais de maior importância” (MARTINI, 2009, p. 87).

Todavia, apesar de buscarem uma abordagem ampla e holística, os Geoparques se definirão, em maior peso, com base em um patrimônio orientado à sua adjetivação “geológico”. Conforme afirmam Tejada-Gonzalez *et al.* (2017, p. 1-2), a despeito dos diversos estudos já efetuados sobre as múltiplas interpretações e análises sobre o termo “patrimônio”, pouco foi utilizado ou aplicado pelos pesquisadores de Geoparques. Assim, o patrimônio geológico é comumente abordado como um objeto autônomo a outras categorias patrimoniais, como o natural e o cultural, como já discutido anteriormente.

Não obstante, a chancela de Paisagem Cultural – criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Portaria nº 127, de 30/04/2009 – é uma importante experiência patrimonial brasileira que poderia contribuir para enriquecer e fortalecer o debate sobre o patrimônio geológico e os Geoparques no Brasil. Uma Paisagem Cultural Brasileira foi definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Vale ressaltar que a adoção da Paisagem Cultural pelo Brasil esteve influenciada pela criação dessa mesma categoria pela UNESCO, em 1992. No entanto, o que se desenvolveu no país em relação à Paisagem Cultural é bastante divergente daquilo que foi pensado inicialmente pela própria UNESCO. Scifoni (2017) afirma que a paisagem pensada pela UNESCO se baseou na noção advinda da geografia tradicional alemã, amplamente vinculada a postulados positivistas. Nesse âmbito, a paisagem cultural era diferente da paisagem natural, dois objetos distintos. A superação dessa concepção

dicotômica foi feita por Carl Sauer, em 1925, geógrafo que propôs uma visão integradora da paisagem, com o cultural e o natural compondo partes de um todo único, uma vez que “os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes” (SAUER, 1998, p. 17).

Conforme Ab’Saber (2003, p. 9), as paisagens são sempre uma herança, composta por processos naturais e pelo trabalho humano, “um patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”. Nessa perspectiva, o que se propõe com a chancela de Paisagem Cultural é que a própria paisagem seja, ela mesma, compreendida como um patrimônio. A paisagem pode ser um patrimônio na medida em que nela residem memórias e nela se inscrevem as relações entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo histórico, além das relações em curso no presente.

Além disso, cabe ressaltar que o que se configurou como Paisagem Cultural no Brasil se formou em ampla relação com o território brasileiro, suas características e suas demandas. Conforme explica Pereira (2020, p. 176), a elaboração da política nacional que deu origem à chancela de Paisagem Cultural Brasileira esteve vinculada à tentativa do IPHAN de identificar bens que ainda não estavam integrados ao mapa do patrimônio cultural do Brasil. De acordo com o autor, desde a década de 1980 uma série de inventários vinham sendo desenvolvidos e evidenciaram tanto a necessidade de novos instrumentos para a proteção do patrimônio quanto uma demanda social pela conservação das paisagens culturais.

Para Delfim (2009, p. 81), a participação deliberada das comunidades na composição da chancela de Paisagem Cultural é algo de grande importância. Sobre isso também concordam Nascimento e Scifoni (2010), quando ressaltam que as primeiras experiências nacionais com a Paisagem Cultural trouxeram à tona a relevância de um processo de proteção e gestão do patrimônio com a participação das populações locais, envolvendo-as e valorizando os seus saberes.

As autoras ainda defendem que a Paisagem Cultural é uma proposta inovadora de conceber o patrimônio cultural, uma vez que:

[...] permite superar a dicotomia até hoje presente na atuação dos órgãos públicos de preservação, no que diz respeito ao tratamento entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, entendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes significados se articulam num todo vivo e dinâmico. (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 29)

Também o conceito de geoparque encontra respaldo nessa articulação entre os diversos significados e na ampliação da percepção das diversas relações existentes entre a sociedade e a natureza, ao longo do tempo histórico. Há, portanto, fortes convergências entre ambos, mesmo que cada um dos dois conceitos tenha emergido em um contexto e por motivações diferentes.

A Carta da Serra da Bodoquena, fruto do Seminário Serra da Bodoquena – Paisagem Cultural e Geoparque, em 2007, une essas noções e aponta para a integração das características físicas e antrópicas, naturais e culturais, existentes tanto na paisagem da Serra da Bodoquena quanto em outras partes do território nacional. Delphim (2009, p. 80) esclarece que a concepção orientadora da Paisagem Cultural já estava presente na Constituição de 1988, na qual paisagem não é concebida como componentes apartados, mas sim como um sistema. Conforme a Carta: “Paisagens culturais e geoparques em última instância dizem respeito mais às pessoas que às coisas, uma vez que as premissas de conservação e preservação atendem à necessidade humana fundamental do conhecimento e do pertencimento a uma cultura e a um lugar” (IPHAN, 2007).

Nessa perspectiva, há uma potencialidade na relação entre Geoparques e o conceito de Paisagem Cultural desenvolvido no Brasil que, no entanto, não seguiu sendo explorada com maior profundidade. Um dos motivos que podem ajudar a explicar esse arrefecimento é uma mudança no direcionamento das políticas do IPHAN, principalmente a partir de 2012. No Relatório de Atividades do IPHAN para o período de 2011-2014, justifica-se a descontinuidade de diversos estudos que vinham sendo realizados sobre a Paisagem Cultural pelos demasiados esforços que a ideia trazia consigo:

Por exigir pactos com entes locais e regionais, além de demandar um vasto elenco de ações de desenvolvimento local, tais como o incentivo à produção de base cultural, promoção turística e uso da terra, a

complexidade do procedimento de gestão da Paisagem Cultural fez com que todos os processos iniciados não fossem concluídos. (IPHAN, 2014, p. 24)

Além disso, vale ressaltar que o indeferimento da proposta do Geoparque Bodoquena-Pantanal pela GGN, única proposta na qual o IPHAN atuou de maneira participativa e com protagonismo, também pode ter contribuído para que as relações entre Geoparques e Paisagens Culturais não se fortalecessem no âmbito brasileiro, a despeito da intensa convergência entre ambos.

## 6 Conclusão

Este artigo teve como objetivo explorar os significados do conceito de patrimônio geológico e aprofundar a sua discussão propondo uma interpretação que ressalte os seus vínculos e conexões com o patrimônio cultural. Embora tenha historicamente se construído como autônomo, distinto e até mesmo dicotômico ao patrimônio cultural, apreender o patrimônio geológico como parte do universo da cultura pode contribuir para fortalecê-lo e para construir pontes mais sólidas de diálogo com as comunidades que o vivem em seus cotidianos. Nesse sentido, é importante ultrapassar o entendimento do patrimônio como o objeto material apenas, no qual se deve buscar critérios preestabelecidos, mas, antes, entendê-lo como uma construção social e cultural e como parte da existência física e simbólica de indivíduos não especialistas.

Um possível caminho para a contínua expansão do debate sobre o patrimônio geológico e seu aprofundamento pode ser justamente o reconhecimento explícito de seu caráter paradoxal e múltiplo – ao mesmo tempo geológico, natural e cultural – e a articulação dos diversos grupos e núcleos que podem colaborar com a sua proteção – especialistas, comunidade civil, órgãos de proteção do patrimônio e da natureza, Geoparques etc. A união de iniciativas e conhecimentos, em conjunto com a articulação de instrumentos e propostas, pode colaborar para que o trajeto do conceito se enriqueça. Em outras palavras, em vez de traçar caminhos autônomos, dispor das vias já percorridas e unir esforços, ampliando os diálogos, valorizando saberes distintos e investindo em uma educação patrimonial crítica. Sobre essa última, entende-se que

“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2001, p. 96).

Por fim, é um fato bastante relevante que no Brasil o patrimônio geológico esteja vinculado a um grande número de acadêmicos que visam a sua proteção por motivações idealistas, pela educação e pelo compromisso em manter importantes registros da natureza. Sem dúvida, essas motivações, desligadas de interesses mercadológicos, se aliadas à ampliação da comunidade de pares, tendem a fortalecer uma apreensão e uso sociais do patrimônio.

## Referências

AB’SABER, Aziz. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BEIL, Isabella Maria. **Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica sobre a criação de geoparques no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BORBA, André; SELL, Jaciele. Uma reflexão crítica sobre os conceitos e práticas da geoconservação. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 2-28, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/13251/0>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRILHA, José. **Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Braga, Portugal: Palimage, 2005.

BRILHA, José. Inventory and quantitative assessment of geosites and geodiversity sites: a review. **Geoheritage**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 119-134, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12371-014-0139-3>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CASTRO, Aline Rocha; MANSUR, Kátia Leite; CARVALHO, Ismar de Souza. Reflexões sobre as relações entre geodiversidade e patrimônio: um estudo de caso. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 383-403, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/12067/A-7>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural  
Isabella Maria Beil

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898>. Acesso em: 14 set. 2021.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA. **SIGEP**. Rio de Janeiro, 11 de março de 2009. Disponível em: [https://sigep.eco.br/destaques/Declaracao\\_Internacional\\_Direitos\\_a\\_Memoria\\_da\\_Terra.pdf](https://sigep.eco.br/destaques/Declaracao_Internacional_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf). Acesso de: 18 out. 2021.

DELPHIM, Carlos. F. de M. Patrimônio cultural e geoparque. **Geologia USP**, São Paulo, v. 5, p. 75-83, 2009. Especial.

DOWLING, Ross; NEWSOME, David. Geotourism: definition, characteristics and international perspectives. In: DOWLING, Ross; NEWSOME, David (orgs.). **Handbook of Geotourism**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018. p. 1-22.

EDER, W. F.; PATZAK, M. **Geoparks: geological attractions: a tool for public education, recreation and sustainable economic development**. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em: <http://www.episodes.co.in/www/backissues/273/162-164.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONÇALVES, Carlos. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à Reserva Extrativista)**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GRAY, Murray. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. Nova Jersey: Wiley, 2004.

Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural  
Isabella Maria Beil

GRAY, Murray. Geodiversity, geoheritage and geoconservation for society. **International Journal of Geoheritage and Parks**, [s. l.], v.7, n. 4, p. 226–236, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2577444119300565>. Acesso em: 26 set. 2022.

GUIMARÃES, Gilson Burigo; LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil Francisco. A valorização cultural do patrimônio geológico-mineiro do Paraná. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, v. 70, p. 41-52, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geociencias/article/view/32439>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; MOURA-FÉ, Marcelo Martins de; ALMEIDA, Regivânia de. Geopatrimônio: por quê? Para quê? Para quem? **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 332-362, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21358/14688>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IPHAN. **Portaria IPHAN n. 127 de 30/04/2009**. [Brasília, DF: IPHAN], 2009. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009\\_214271.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html). Acesso em: 24 nov. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijeh/a/Yf6CPL5tL3bMZBm4993wDLL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARTINI, Guy. Geoparks... a vision for the future. **Revista do Instituto de Geociências - USP**, São Paulo, v. 5, p. 85-90, 2009.

MARTINI, Guy. Les Géoparcs pour une évolution du concept du territoire. **Géologie de la France**, [s. l.], n. 1, p. 35-40, 2010.

MAYUMI, Lia. **Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão**. 1999. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os "usos culturais" da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural  
Isabella Maria Beil

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Anais do 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, Brasília, v. 1, p. 25-39, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

MODICA, Rosaria. As redes europeia e global de geoparques (EGN e GGN): proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. **Revista do Instituto de Geociências**, São Paulo, v. 5, p. 17-26, out. 2009.

NASCIMENTO, Flávia; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP. **Revista CPC**, São Paulo, v. 10, p. 29-48, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voi10p29-48>. Acesso em: 17 out. 2021.

PEREIRA, Danilo C. A chancela da paisagem cultural brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n. 22, p. 173-197, 2020.

PEMBERTON, Michael. **Conserving geodiversity**: the importance of valuing our geological heritage, 2000. Disponível em: [http://dpipwe.tas.gov.au/Documents/geocon\\_abstract.pdf](http://dpipwe.tas.gov.au/Documents/geocon_abstract.pdf). Acesso em: 14 set. 2021.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de antropología Social**, Buenos Aires, v. 11, p. 115-136, 1998.

RAYNAULT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI, Arlindo; SILVA, Antônio (ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2010. p. 69-104.

RESER, Joseph; BENTRUPPERBÄUMER, Joan. What and where are environmental values? assessing the impacts of current diversity of use of “environmental” and “World Heritage” values. **Journal of Environmental Psychology**, [s. l.], n. 25, p. 125-146, 2005.

REYNARD, Emmanuel; BRILHA, José. Geoheritage: a multidisplinary and applied research topic. In: REYNARD, Emmanuel; BRILHA, José (orgs.). **Geoheritage**. Chennai: Elsevier, 2018. p. 3-9

RODRIGUES, Antonio. Estátua do Padre Cícero é reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural do Ceará. **Diário do Nordeste**, Ceará, 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/estatua-do-padre-cicero-e-reconhecida-como-patrimonio-historico-e-cultural-do-ceara-1.2982557>. Acesso em: 18 out. 2021.

Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural  
Isabella Maria Beil

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (eds). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-73.

SCIFONI, Simone. A construção do patrimônio natural. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCIFONI, Simone. Cultural landscape in Brazil: legal instruments and the challenges of protection. In: LOPES DA CUNHA, Fabiana; SANTOS, Marcilene; RABASSA, Jorge (org.). *Latin American heritage*. 1st. ed. Cham: Springer, 2017. v. 1. p. 137-149.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, p. 14-31, 2019.

SCIFONI, Simone. A natureza na preservação do patrimônio cultural paulista: a contribuição de Aziz Nacib Ab'Saber. **Revista Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 28, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165603>. Acesso em: 6 set. 2021.

SHOBBENHAUS, Carlos; SILVA, Cássio Roberto da (orgs.). **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. v. 1. 748 p. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geoparques-do-brasil-volume-i-propostas.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

SILVA, Renan Gomes da; MANSUR, Kátia Leite; CASTRO, Aline Rocha. Consolidação da geodiversidade como patrimônio e o valor geológico dos monumentos do Rio de Janeiro. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 43, n. 3, p. 488-497, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/36435>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra, 2007. p. 81-97.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antipoda Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.

Revisitando o conceito de patrimônio geológico: pela superação da dicotomia entre o natural e o cultural  
*Isabella Maria Beil*

STEINKE, Valdir; VIEIRA, António. Geopatrimônio e desenvolvimento local. In: VIEIRA, António et al. (eds.). **Geopatrimônio: geoconhecimento, geoconservação e geoturismo: experiências em Portugal e na América Latina**. Guimarães: CEGOT-Uminho, 2018. p. 85-103.

TEJADA-GONZALEZ, Catalina; DU, Yi; READ, Mark; GIRAULT, Yves. From nature conservation to geotourism development: examining ambivalente attitudes towards UNESCO directives with the global geopark network. **International Journal of Geoheritage**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02087621/document>. Acesso em: 29 jul. 2022.

UNESCO GLOBAL GEOPARKS – UGGp. **UNESCO**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/global-geoparks>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ZOUROS, Nickolas C. The European geoparks network: geological heritage protection and local development. **Episodes**, Ottawa, v. 27, n. 3, p. 165-171, 2004.

Recebido em: 25/10/2022

Aprovado em: 10/03/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

[revistapercursos.faed@udesc.br](mailto:revistapercursos.faed@udesc.br)